



## REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

### SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Aos Órgãos de Informação

O Conselho de Ministros, reunido na sua 14.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, no dia 30 de Abril de 2019, apreciou:

- O Relatório da Visita de Trabalho de Sua Excelência Presidente da República à República Popular da China, de 23 a 28 de Abril de 2019.
- A Situação de Emergência, referente ao período de 16 a 29 de Abril de 2019, bem como as acções de respostas realizadas e em curso, nomeadamente as Visitas de Trabalho de Sua Excelência o Primeiro-Ministro às Províncias da Zambézia e Cabo Delgado, visando a monitoria das acções no âmbito do Ciclone Idai e avaliação do impacto do Ciclone Kenneth.

O Governo apreciou e aprovou a Proposta de Lei de Autorização Legislativa para a Revisão do Código do Registo Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 2/2018, de 23 de Agosto, a submeter à Assembleia da República.

A Proposta de Lei visa aperfeiçoar o regime de transição previsto no Código de Registo Predial, por forma a permitir que o prazo legal para se efectuar o registo seja estendido até o momento em que se concretize a interoperabilidade entre o Sistema Integrado de Registo Predial e as demais bases de dados relevantes na Administração Pública.

Nesta Sessão, o Governo apreciou e aprovou os seguintes diplomas:

- Decreto que alarga o âmbito das atribuições do Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone Idai, criado pelo Decreto n.º 26/2019, de 11 de Abril, às calamidades provocadas pelo Ciclone Kenneth nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula, bem como as facilidades aduaneiras e fiscais para os operadores económicos das áreas afectadas.
- O Decreto que autoriza a Viga Holding, Limitada, a criar o Instituto Superior de Tecnologia e Empreendedorismo.

O Instituto tem como objectivo formar técnicos com elevado nível de exigência qualitativa, nos aspectos socioeconómicos, cultural, científico, técnico e profissional.

- O Decreto que revê o Estatuto Orgânico da Polícia da República de Moçambique, aprovado pelo Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro.

O Decreto de revisão visa corrigir e ajustar as patentes e postos orgânicos às funções de comando, direcção e chefia, criadas pelo Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro.

- O Decreto que estabelece a continuidade de pagamento do Subsídio de Mobilidade às vítimas do aluimento na Lixeira de Hulene.

A continuidade de pagamento do Subsídio tem por finalidade garantir a mobilidade das vítimas, no seu quotidiano, até a conclusão das obras de construção de casas e sua transferência.

- A Resolução de Ratificação de Adesão da República de Moçambique ao Acordo-Quadro sobre o Estabelecimento da Aliança Solar, assinado a 12 de Fevereiro de 2018, em Maputo.

Ainda nesta Sessão, o Conselho de Ministros aprovou os salários mínimos para 2019, para os 9 Setores de Actividade.

Maputo, 30 de Abril de 2019